



COLUNAS

[Coluna] A Derrama De Dólares E A Corrupção Eleitoral Do Brasil: A Ação Do IBAD Na Preparação Do Golpe Militar

COLABORADOR • mar 21, 2017



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

O golpe militar resultou do processo histórico interno, não foi arquitetado e comandado de fora do país. Porém contou com ativo envolvimento da Embaixada norte-americana, da *Central Intelligence Agency* e finalmente das Forças Armadas deste país. O envolvimento estendia-se a organizações como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (Dreifuss. 1964: A conquista do Estado).

Enquanto o IPES assumia a dimensão ideológica e de informação e, portanto, uma prática mais reservada, o IBAD, fundado por Ivan Hasslocher em 1959, fazia uma oposição sistemática ao governo Goulart e sua base de sustentação política e sindical.

O IBAD estava organizado para intervir no cenário político por meio da Ação Democrática Popular (ADEP). Atuava junto a outras organizações de direita, como a Frente da Juventude Democrática. Petrópolis aparece neste cenário por conta da ação da Frente e do Movimento Anti-Comunista (MAC) ocorrida em julho de 1962, quando milicianos dessas entidades atacaram estudantes reunidos no Hotel Quintandinha, onde se realizava o XXV Congresso da UNE. De acordo com notícia de jornal, feriram dois estudantes com tiros de revólver e intoxicaram vários outros pelo efeito de bomba de gás atirada no recinto (Correio da Manhã, 22 de julho de 1962: “Pânico e violência no congresso dos estudantes em Quitandinha”).

Mas a linha principal do IBAD era o financiamento das atividades parlamentares, programas de rádio e de televisão, aluguel de jornais, etc. que passava pela Incrementadora de Vendas *Promotion*, subsidiária daquele instituto. A *Promotion* recebia contribuições reservadamente do *Royal Bank of Canada*.

Durante a campanha eleitoral de 1962, o IBAD pagou cinco milhões de cruzeiros antigos pelo aluguel do jornal carioca “A Noite”. A linha do jornal foi radicalmente modificada, de um tom nacionalista para outro fortemente anticomunista, desenvolvendo campanha em favor dos candidatos apoiados pela ADEP. (CPDOC. IBAD) A avalanche de dinheiro, uma verdadeira derrama de dólares, cerca de cinco bilhões de cruzeiros ou o equivalente a cinco milhões de dólares na época (reconhecida em 1977 pelo embaixador americano na época, Lincoln Gordon), foi usada para o “financiamento de 250 candidatos a deputados federais e 600 deputados estaduais, além de 8 candidatos a

governadores – uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor”. (UFMG. Brasil.Doc)

Os vultuosos gastos na campanha eleitoral suscitaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o IBAD e suas subsidiárias. A penetração de interesses do IBAD na CPI e a pressão do governador Miguel Arraes, denunciando a proveniência do dinheiro da CIA, empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro e de fontes governamentais dos Estados Unidos, levou o governo Goulart a fechar o IBAD por meio do decreto 53.042, de 28 de novembro de 1963. Em 20 de dezembro, seguindo orientação deste decreto, o poder judiciário dissolveu o IBAD.

Entretanto, a conspiração militar estava em marcha. Envolveu a representação oficial do governo dos EUA por meio do general Vernon Walters, adido militar da Embaixada americana no Brasil. Este militar valeu-se de suas ligações com o alto comando da Forças Armadas que conheceu durante a campanha da FEB na II Guerra Mundial, especialmente Mascarenhas de Moraes e Humberto Castelo Branco, para envolver-se na articulação golpista e respaldar o sistema de informação para o apoio militar (“Operação Brother Sam”) caso houvesse uma guerra civil no Brasil. De acordo com verbete dedicado a Vernon Walters pelo CPDOC, o citado adido militar dos EUA comunicara ao embaixador Lincoln Gordon, em 23 de março, que o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, assumira a liderança da conspiração contra o governo Goulart. É interessante observar que Castelo Branco havia encaminhado uma instrução reservada aos oficiais do exército no dia 20 de março – no dia seguinte à realização da Marcha pela Família com Deus pela Liberdade – cujo teor é quase a senha para o golpe. Este documento foi transcrito na obra *Os idos de março e a queda em abril*, de Alberto Dines (1964).

Foto retirada do [Memorial da Democracia](#)

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325.
[Facebook.com/cmvpetropolis](https://www.facebook.com/cmvpetropolis) – cmv@petropolis.rj.gov.br

Mais em:

[\[Coluna\] O golpe militar não foi um raio caído do céu azul](#)

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis – Jango no Palácio Rio Negro](#)

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis](#)

As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.

